

## AS MARCAS DA LITERATURA DO NORTE DO TOCANTINS: MEMÓRIA, VIOLÊNCIA E TRAUMA

### THE MARKS OF LITERATURE IN NORTHERN TOCANTINS: MEMORY, VIOLENCE AND TRAUMA

Recebido: 18/05/2022

Aprovado: 30/06/2022

Publicado: 28/07/2022

DOI: 10.18817/rlj.v6i1.2850

César Alessandro Sagrillo Figueiredo<sup>1</sup>

Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-6011-9527>

**Resumo:** Ao trabalharmos com os diálogos entre literatura, história e memória podemos trazer muitas discussões que reativam lembranças não gratas, especialmente de determinadas situações de dores e sofrimentos. Neste sentido, este artigo possui como objeto o estudo da obra de Carmo Bernardes, *Xambioá: paz e guerra* (2005), tendo como objetivo principal examinar a construção da memória de resistência na Guerrilha do Araguaia e seus usos através das fontes da Literatura do Testemunho. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo do *corpus* dessa obra. Como resultado da pesquisa, consideramos que a violência e o medo são uma das marcas da literatura do Norte do Brasil, mais detidamente no Bico do Papagaio/TO; mesmo que ocorram tentativas de edificarem uma história oficial que oculte as dores e os traumas da região.

**Palavras-Chaves:** Literatura do Testemunho. Guerrilha do Araguaia. Violência; Trauma.

**Abstract:** When we work with the dialogues between literature, history and memory, we can bring up many discussions that reactivate non-grateful memories, especially of certain situations of pain and suffering. In this sense, this article has as its object the study of the work of Carmo Bernardes, *Xambioá: paz e guerra* (2005), having as main objective to examine the construction of the memory of resistance in the Guerrilha do Araguaia and its uses through the sources of the Literature of Testimony. For methodological purposes, it will be a qualitative work, based on a bibliographic review on the subject; likewise, we will carry out a content analysis of the corpus of this work. As a result of the research, we consider that violence and fear are one of the marks of literature in Northern Brazil, more specifically in Bico do Papagaio/TO; even if there are attempts to build an official history that hides the pain and trauma of the region.

**Key words:** Literature of Testimony. Araguaia Guerrilla. Violence. Trauma.

<sup>1</sup> Está vinculado como Prof.º Adjunto III em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Violência e Estado, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Possui doutorado em Ciência Política na linha de pesquisa de Política Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2013. Possui Mestrado em Ciência Política pela mesma Instituição e programa, em 2009. Também, foi professor pela UFRGS no curso O ENSINO DA SOCIOLOGIA PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO. Foi bolsista de Pós-Doutorado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Política (PPGC POL), fazendo parte da equipe do Projeto de Investigação de Metodologia de Pesquisa em Ciência Política do Núcleo de Políticas Públicas (NEPU) e como professor docente do PPGC POL/UFPEL, no período 2013/2014. Foi coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins, na gestão de abril de 2015 a abril de 2017. Realizou estágio de Pós-doutorado no PPG Letras da UFT, desenvolvendo pesquisa com o tema acerca da Literatura do Exílio, no período 2017/2018. Docente do PPG Letras/UFNT e do PPG em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/UFNT. Realizou estágio de Pós-doutorado no PPG Letras da UFT, desenvolvendo pesquisa sobre cinema e literatura política, no período de 2019/2020. Trabalha com a linha de pesquisa em Memória Política, Partido marxista-leninista, Ditadura Civil-militar; Literatura e Política, realizando pesquisa sobre a Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição e Literatura do Testemunho. E-mail: [cesarpolitika@gmail.com](mailto:cesarpolitika@gmail.com)

## Introdução:

Quando refletimos sobre memória e literatura compreendemos que as suas imbricações são uma construção coletiva, realizada a partir de muitas vozes e testemunhos que se dispõem a construir a história de um período. De igual modo, temos consciência que a história oficial, na maioria das vezes, é extremamente seletiva, podendo ser recortada através do olhar arbitrário dos centros de tradições que possuem capital social de distinção para contar, selecionar e mensurar. Nesse cenário, compreendemos que a memória e a literatura possuem atributos em disputa, a partir de vários personagens, fragmentos, autores e centros de tradições.

O processo de forja da memória de um determinado período, por conseguinte, torna-se ainda mais complicado quando trabalhamos com o período da ditadura civil-militar brasileira<sup>2</sup> (1964-1985), haja vista que fora um momento histórico extremamente complicado politicamente e que legou severas fraturas para a futura democracia brasileira, sobretudo, traumas coletivos difíceis de serem curados em face do terror de Estado, justamente, em virtude das inúmeras violações contra os direitos humanos.

No cenário dos atores que se dispuseram a denunciar e testemunhar, destacamos um conjunto de agentes políticos e escritores que possuíam parte ativa no processo de luta contra o regime militar. Muitas das publicações desses personagens surgiram, *a posteriori*, numa série de publicações na mídia impressa, por exemplo, jornais, livros e revistas, que possuíam uma multivocalidade contrapondo o regime vigente e buscando a distensão política através das denúncias efetivadas, exatamente com intuito de divulgar as denúncias dos crimes cometidos pela corporação militar. Destacamos que o conjunto dessas publicações que surgiram no período poderiam ser denominadas como constitutiva da Literatura do Testemunho:

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). Sendo “Gulag” um acróstico do russo Glavnoie Upravlenie Lagueri (Direção Geral dos Campos), nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que

---

<sup>2</sup> Utilizamos conceitualmente o termo “civil-militar” ao nos referenciarmos ao período ditatorial brasileiro. Apenas o termo genérico “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese do golpe e manutenção da ditadura, desta forma, reiteramos o aporte do termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, lastreamo-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

implica alguma positividade, de sacrifício para deus (SALGUEIRO, 2012, p. 286).

Por exemplo, citamos que umas das primeiras obras que impactaram foi o livro, *O que é isso companheiro*, em 1979, obra de Fernando Gabeira, tornando-se um campeão de vendas e dando respaldo para outras obras no mesmo período, posteriormente, houve o lançamento de *Os carbonários: memória da Guerrilha perdida*, lançada no ano seguinte, ambos receberam prêmio Jabuti nos respectivos anos. Mediante o exposto, este artigo possui como objeto o estudo da obra de Carmo Bernardes, *Xambioá: paz e guerra* (2005), tendo como objetivo principal examinar a construção da memória de resistência na Guerrilha do Araguaia<sup>3</sup> e seus usos através das fontes da Literatura do Testemunho contidas nesta obra.

Para a consecução deste objetivo, cabe refiná-lo nos seguintes momentos: 1) o estudo do conceito Literatura do Testemunho, cunhado a partir do século XX e o seu aporte teórico para o cenário brasileiro, realçando sobremaneira as convergências da memória; 2) o exame da obra indicada, a fim de situá-las dentro do escopo da Literatura do Testemunho latino-americana; em diálogo com a guerrilha do Araguaia e, por fim, 3) a compressão da existência de um silenciamento dessas memórias na literatura do Tocantins, justamente o lócus espacial em que se debruçou o livro. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema; igualmente, realizaremos análise de conteúdo do *corpus* dessa obra.

## O aporte teórico acerca da Literatura do Testemunho

[...] a ficção literária e a história guardam entre si estreita solidariedade, como instâncias que são de representação da experiência humana e pela natureza basicamente narrativa de seus respectivos discursos, que encontram, na categoria do tempo o grande eixo estruturador. Da mesma forma, distinguem-se radicalmente pelo tipo de convenção que as organiza, isto é, a da veracidade para o campo historiográfico e a da verossimilhança para a narrativa literária (MILTON, 1992, p. 09).

---

<sup>3</sup> A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada (guerrilheiro) impulsionado por militantes do PCdoB e ocorreu na região do Araguaia (divisa entre o atual estado do estado do Tocantins e o Sudeste do Pará), entre os anos de 1972 e 1975. Este movimento era contrário à ditadura militar implantada no Brasil, através de um golpe em 1964, tendo os militantes do PCdoB o objetivo da derrubada da ditadura civil-militar.

A fim de discorrermos acerca dos conceitos da memória e os seus usos pela literatura, primeiramente, torna-se pertinente construirmos o enquadramento da memória como objeto teórico e empírico, justamente como intuito de dar corpo e lastro para as análises realizadas. Um dos autores de consenso entre os vários estudos e utilizados como aporte teórico, justamente pelo fato de inaugurar esse campo da memória, é o sociólogo francês Maurice Halbwachs. Destaca-se a sua obra, *A Memória Coletiva* (2006), em que o autor enunciava três eixos aonde a memória iria se desenvolver e germinar, como se fosse um gradiente, ora se alimentando ora conflitando, seria definido em: 1) a memória individual, 2) a memória coletiva e 3) memória oficial. Quanto a memória individual, podemos dizer que ela seria a mais delicada, justamente porque se utiliza apenas das reminiscências individuais para se equilibrar, muitas vezes incorrendo num fio frágil, natural em todos os indivíduos, justamente pela perda das lembranças em virtude do transcurso do tempo. Assim, ratificamos que além da veracidade dos fatos que devem estar ancorados na Literatura do Testemunho, também a memória não pode ser fruto unicamente das lembranças individuais fugidias, mas produto de um conjunto de indivíduos que formaram coletivamente uma memória social e que se sentiram impelido a recontar a história, como se houvesse a necessidade de recompor um tecido social ferido pelos períodos de exceção, adversidades e catástrofes.

Nesse cenário de reconstrução da memória, Halbwachs enfatizava que a memória sempre seria construída no presente a partir da rememoração do passado, portanto, sempre buscando através do filtro do tempo presente o retrato do passado - muitas vezes incompletos, haja vista que o olhar da lembrança é operacionalizado a partir do filtro interpretativo do tempo presente. Nesse enquadramento, a fim de dar sustentação e tessitura a esses quadros da memória, o indivíduo precisaria, necessariamente, de apoio do grupo que ele fez parte como intuito de endossar ou confrontar as suas memórias, criando e reforçando, por conseguinte, uma memória coletiva de um grupo que possui uma mesma lembrança de um fato ou evento.

Assim, podemos inferir que esta memória coletiva se configura a partir de uma primeira memória individual que é acionada, posteriormente, reforçada e endossada por um grupo que o indivíduo fora constituinte, vindo a configurar como memória de um grupo social. Nesse sentido, a chave da memória de um membro desse grupo seria apenas acionada como crível quando, necessariamente, os outros componentes viessem a afiançar a veracidade do seu testemunho, por isso, na acepção de

Halbwachs, a memória seria eminentemente um constructo social coletivo. As lembranças, sendo elas boas ou más, tornar-se-iam um passaporte para o acesso a um grupo específico e que vivenciaram determinadas situações, logo, possuindo algo comum para lembrar e testemunhar.

Ainda, nesse processo de rememorar o passado através das chaves da memória, precisamos avaliar os silêncios dos personagens, como bem atesta Michel Pollack no seu texto fundante, *Memória, esquecimento e silêncio* (1989). Tributário do arcabouço teórico de Halbwachs, contudo Pollack amplia conceitualmente e destaca acerca do esquecimento, que pode ser intencional ou não, bem como dos silêncios, algumas vezes forçados por traumas pessoais de quem viveu situações muito adversas, em que o ato de rememorar essas situações no tempo presente, causaria novamente a lembrança de traumas revividos. Podemos observar esses silêncios quando o personagem narrador, ao rememorar as suas agruras, não consegue decodificar todas as atrocidades vividas, apresentando, por conseguinte, lapsos de memória.

Realçamos, de acordo com o Pollak, que o silêncio também pode ser uma estratégia de sobrevivência de *memórias subalternas*, uma vez que pode ser o passaporte seguro para diferentes grupos se manterem vivos, principalmente, em momentos de resistência e conflito, sobretudo, quando há a expectativa de uma mudança de cenário adverso num futuro – mesmo distante. De qualquer modo, as lacunas que ficam desses silêncios e esquecimentos, podem ser acionadas e decifradas através de cruzamento de uma leitura atenta, evidenciando, por conseguinte, que essas lacunas são como pontos nevrálgicos, justamente onde a memória não consegue avançar por limitações pessoais impostas, como se fosse marcas do tempo passado.

Partindo do aspecto de memória baseado num constructo coletivo, apontamos a existência nesse cenário de uma *memória geracional*, visto que esse recorte geracional aciona uma autoidentificação enquanto grupo coletivo. Nesta acepção, a geração não estaria vinculada aos indivíduos que nasceram em um mesmo período demarcado temporalmente, ou seja, mesma idade cronológica, mas exatamente a indivíduos que vivenciaram o mesmo universo de experiências e tornaram-se portadores das mesmas lembranças. Essas experiências acionam e contribuem, portanto, na construção de uma memória coletiva consolidada e de um reconhecimento mútuo, sendo este reforçado fortemente pelo grupo geracional que

este sujeito fez parte. Por exemplo, quando se reporta a geração 68 (VENTURA, 1988), nesta situação implicaria que todos os personagens do grupo partilharam do mesmo *ethos* político do período, sendo pares recíprocos nos sucessivos eventos que marcaram o emblemático ano de 1968. Buscando conceituar o exemplo, podemos lastreá-lo quando Pierre Nora (1997, p. 3003) enfatiza que a “memória geracional advém de um conjunto histórico e coletivo para se interiorizar até as profundezas viscerais e inconscientes que comandam as escolhas vitais e as fidelidades reflexas. O eu é ao mesmo tempo um nós”.

Dialogando com Halbwachs e Pierre Nora, ao evidenciar acerca dos vários grupos sociais que possuem o interesse de rememorar coletivamente um *ethos* geracional no tempo presente, constatamos que, na maioria das vezes, essas memórias geracionais podem conflitar com as histórias oficiais reificadas. Nesse quadro, realçamos a dificuldade real existente em revelar as memórias subalternas, principalmente quando estas se reportam e pretendem construir uma disputa entre a memória geracional e a história oficial, esse jogo conflitivo podemos denominar também como *disputa de memórias*.

Nesse percurso de ativamente do campo da memória dos sobreviventes é que surgiu a denominada Literatura do Testemunho, que se erigiu frondosamente como fruto dos livros publicados, especialmente, pelas vítimas de primeira geração do nazismo. Torna-se destaque, por exemplo, as obras de vários autores que procuraram descrever como era a vida dentro dos Campos de Concentração, igualmente é relevante destacar as obras de cunho memorialísticos dos diversos sobreviventes do Holocausto, dos exílios, dos genocídios e das ditaduras militares. A produção é ampla e extremamente abrangente, pois reflete muito a partir das dores e dos sofrimentos das vítimas, tornando-se extremamente farta como material bibliográfico até o presente, podendo ser testemunhos, relatos, biografias e depoimentos. A primeira vertente deste gênero destaca as agruras dos judeus nos campos de concentração e receberam o nome judaico de *Shoah*, que etimologicamente significa Catástrofe.

Uma outra vertente da Literatura do Testemunho estabeleceu um outro conceito. Surgida nos anos 60, impulsionado pelo Prêmio Casa de Las Américas e fomentada pelo governo cubano, recebeu a denominação *Testimonio*, que na sua tradução livre podemos definir como Testemunho. Essa literatura possui um caráter eminentemente político, pois visa dar voz aos oprimidos pelos regimes ditatoriais que germinaram na América Latina a partir dos anos 60. Conforme sabemos, ao longo dos



anos 60 e 70, a América Latina virou palco de regimes de exceções e Golpes de Estados que assolaram o continente, deixando milhares de refugiados, torturados, presos e exilados políticos. Portanto, com o intuito de dar voz às vítimas dos regimes ditatoriais, o governo cubano impulsionou este modelo de literatura extremamente politizada e objetivando testemunhos memorialístico, com vistas a construir um painel político latino-americano.

Ou seja, enfatizamos que o aporte teórico acerca do testemunho reproduz, conseqüentemente, um conjunto de vozes que sempre polarizaram a reflexão a partir da literatura memorialística e que também se coadunam com outras searas, justamente pela sua capacidade discursiva de reverberar com força o testemunho, a memória e a resistência. Nesse sentido, realçamos que essa multivocalidade das vozes do testemunho, tanto do *Shoah* quanto do *Testimonio*, reativam a história e, conseqüentemente, possuem instrumentos políticos de denúncias. No caso brasileiro, tributário dessa segunda vertente, esses *links* atualizaram e aproximaram fronteiras discursivas comuns contra a ditadura civil-militar em seu estágio final.

Em síntese, no Brasil a Literatura do Testemunho e outras mídias conseguiram se transformar em porta-vozes privilegiados de alguns personagens, principalmente os que resolveram transpor a barreira dos subalternos com os seus silêncios forçados e os lapsos históricos oficiais: mediante essa literatura conseguiram revelar as dores desses agentes políticos através das páginas dos livros.

### **Literatura do Testemunho encontra o seu espaço no Norte do Tocantins**

Conforme realçado, o período da ditadura civil-militar brasileira talvez seja um dos mais delimitador da história do Brasil (1964-1985), principalmente pela questão dos direitos humanos, em face das prisões indevidas, torturas e desaparecimentos políticos. Corroborando com esta afirmativa, lembramos que já se passaram mais de 40 anos da Lei da Anistia de 1979<sup>4</sup>, contudo, realçamos que ainda não houve a

---

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm) >, Acessado em 16 de novembro de 2021. Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

retomada do julgamento dos crimes de lesa-humanidade cometidos pela corporação militar, portanto, torna-se um objeto de discussão inconcluso, especialmente pelas vítimas que não puderam ver efetivados as reparações de Estado pelos crimes perpetrados.

Em síntese, tal argumento de incompletude e limitações da Anistia política debruça-se detidamente para o conjunto de agentes que foram vítimas do Estado ditatorial e que não concordam, até a presente data, com o delineamento desse ato político realizado no crepúsculo do regime militar. Para essas vítimas fora uma autoanistia, pois brindou com um retorno seguro aos quartéis a corporação militar que atentara contra os direitos humanos. Salientamos, normativamente, que além de ser realmente uma autoanistia para os militares, também foi uma anistia parcial aos opositores do regime, visto que nem todos os ex-presos políticos puderam sair da cadeia, assim como nem todos os exilados puderam retornar do exílio. Não obstante, na visão das vítimas, todos os militares foram agraciados com a política falaciosa reconciliação nacional, haja vista que etimologicamente anistia significa esquecimento, nesse sentido e se utilizando desta acepção, a ditadura civil-militar soube estrategicamente cuidar para que ocorresse um processo de esquecimentos forçado para um grande conjunto da sociedade civil, a despeito das vítimas que insistem em vocalizar as suas dores.

A fim de construir um repertório dissonante da história oficial erigido pela ditadura civil-militar nos seus anos finais, os exilados que retornavam do exterior e os ex-presos políticos que saíam da cadeia começaram, ainda muito timidamente, a construir uma obra de denúncia, que visava relatar as agruras do período ditatorial, a despeito de toda a tentativa de coação da ditadura que impunha a seguinte sentença: esquecer para conciliar.

Conforme referido, o Brasil venho a se inserir nesse modelo de literatura tão logo houve os primeiros ventos liberalizantes e afrouxamento do regime militar na década de 70, lançando, por conseguinte, os primeiros livros de memórias dos militantes que pegaram em armas e das suas vivências no exílio. Realçamos que o *boom* memorialístico ocorreu, justamente, após o advento da autoanistia de 1979, pois fora o momento que puderam compartilhar suas dores. O gênero explodiu em vendagem, uma vez que essa literatura ia ao encontro tanto curiosidade das pessoas que não sabiam do que tinha ocorrido no Brasil, em face da censura que ainda exista, quanto em virtude que era uma forma ativa de auxiliar na distensão do regime militar,



posto que denunciavam as suas atrocidades nos seus momentos finais: precisavam colocar em xeque e vocalizar uma voz uníssona contra o roteiro final da história imposta pelo regime militar, que estava sendo escrita unicamente pelos próprios ditadores.

Porém, mesmo com toda a profusão de obras lançadas, conforme realçado, o testemunho tinha apenas o caráter simbólico de ajuste de contas com um passado que teimava em sair do armário, mesmo a contragosto de toda os caprichos da ditadura civil-militar em imprimir uma política de esquecimento forçado promovido pela autoanistia. Contudo, tal esquecimento e silenciamento seria uma tarefa impensável para as diversas vítimas do regime militar que insistiam pela verdade e pela justiça, mesmo que esta justiça estivesse num raio impossível de concretude - haja vista que, mesmo saindo de uma ditadura militar, os aparelhos coercitivos se mantinham presentes na jovem democracia que aflorava com seus diversos enclaves e quistos ditatoriais (ZAVERUCHA, 1992).

Esta produção fora extremamente vasta, sendo inaugurada em 1977 por Renato Tapajós com o livro, *Em Câmara Lenta* (1977), ainda antes da Anistia. Entre diversos livros lançados após a anistia, faz muito sucesso o livro do ex-guerrilheiros e banido político Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?* (1982), lançado em 1979. Destaca-se no mesmo período Alfredo Sirkis com *Os Carbonário: memórias da guerrilha perdida* (2014), lançado em 1980 sobre a vida dentro da luta armada de um ex-líder estudantil. Ainda, há os relatos biográficos e memorialístico como *Lamarca, o capital da guerrilha* (1981), sobre a vida e a luta do capitão Carlos Lamarca, escrito por Emiliano Jose e Oldack Miranda, em 1981; e, *Batismo de sangue* (1987), de Frei Betto, lançado em 1982, abordava sobre a guerrilha urbana e a morte de Carlos Marighela, ganhador do Prêmio Jabuti em 1982.

Dialogando com a teoria delineada, relembremos que após o fim dos regimes de exceções torna-se natural que as memórias individuais subalternas floresçam, principalmente em livros e biografias, dando origem ao adensamento de uma futura memória coletiva do período. Desta forma, a partir dessas memórias individuais subalternas forjar-se-ia uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006), justamente a partir das imbricações, diálogos e convergência dessas memórias comuns do período, que *a posteriori* se fortaleceram num discurso único e formando um feixe de memória coletiva. Em síntese, podemos dizer que, a despeito dessa história oficial forjada sobre o arbítrio do poder torcionário ditatorial, subalternamente subsistiu uma memória

individual e com um repertório de luta latente vindo a forjar uma memória coletiva – mesmo que a corporação militar insistisse num roteiro previamente estabelecido de heroificação dos seus ditadores e torturadores.

Ainda, quanto a análise acerca do ato de rememorar, lembrar, testemunhar, esquecer e silenciar, precisamos, também, elencar os personagens que afloram na dinâmica do ato de testemunhar, através dos seguintes personagens vocalizados: *testis*, *superstes* e *arbiter*. Através do estudo de Sarmiento-Pantoja (2008), a partir da obra de Benveniste (1969), o autor enfatiza que a origem da palavra testemunha etimologicamente está vinculada à palavra *testis*, que significa aquele que testemunha. No sentido *stricto sensu* a palavra *testis* seria um terceiro que endossa e testemunha por um outro, a fim de inocentar (ou não) aquele que estaria sendo julgado. Também poderia ser aquele que tem a capacidade de narrar e contar a história, sobretudo quando os outros não possuem mais condições para narrar. Haveria ainda a palavra *superstes* correspondendo àquele que testemunha sobre si mesmo, produzindo provas e narrativas de si, a partir da sua sobrevivência e experiência. Nesse caso, podemos realçar que esse narrador adquire o *status* de sobrevivente, como aquele que venceu os obstáculos e, principalmente, os traumas, podendo contar o que viveu a partir das suas próprias experiências.

Sarmiento-Pantoja atualiza que esses personagens podem possuir uma ambivalência, inclusive no mesmo texto, pois, dependendo da narrativa no livro, a vocalização pode ser tanto para contar sobre a experiência vivida do outro quanto de si mesmo. Finalizando, como terceira voz, sugere a incorporação do personagem *arbiter*, como aquele que viu, vivenciou, narrou e ainda teve a capacidade de elaborar um julgamento sobre os fatos vividos – podendo ser de si ou dos outros. Esse personagem estabeleceria, portanto, uma espécie de juízo de valor no ato de testemunhar, podendo atribuir culpa, valores morais ou mesmo inocentar, a partir do seu escopo de visão de quem escreve

No tocante ao livro analisado, acuradamente observamos todo esse roteiro incluso na Literatura do *Testimonio* sendo realçado muito fortemente a figura do *testis* o *arbiter*, ou seja, aquele que testemunha (*testis*) e o que serve como árbitro (*arbiter*) de todos os horrores vivenciados com a Guerrilha do Araguaia. No livro de Bernardes, o personagem narrador não se coloca como a figura do herói, mas sim como aquele personagem que testemunha, julga, sentencia e guarda na memória os fatos, para que no futuro possa contar o que ocorreu por meio de um relato escrito. Embora o

autor construa um personagem ficcional, contudo, ao apresentar o livro enfatiza que vivenciou e viu muito dos relatos contidos na obra. De acordo com as notas no prólogo, a obra fora escrita no final dos anos 70, período imediatamente posterior a Guerrilha do Araguaia, mas foi guardado e solicitado aos filhos para publicar apenas muito anos depois após sua morte, justamente pelo caráter denunciante e, especialmente, pelo fato de conter no livro alguns personagens com os seus nomes reais.

Em Xambioá: paz e guerra é uma obra deliberadamente póstuma. Carmo Bernardes terminou de escrevê-lo em 1979, trancou os originais numa gaveta e recomendou à família e a alguns amigos que o romance só viesse à luz um bom tempo depois de sua morte, ocorrida em 25 de abril de 1997. Motivos para isso ele tinha. Carmo sempre foi um escritor indignado com a exploração do ser humano, com as mazelas sociais, com a justiça que nunca chegara os pobres, com as mentiras da política, com a empulhação dos sabidos sobre os iletrados. Natural foi, portanto, que no período obscurantista dos governos militares Carmo Bernardes viesse permanentemente às voltas com os perseguidores que lhe davam caça, a esse intelectual que insistia em escrever as obras desafiadoras (BERNARDES, 2005, p. 10)

Conforme relato, embora não sendo o personagem direto da obra, o referido autor possuía experiência e vivência no Araguaia, inclusive nominando vários atores políticos importantes no período e acusando-os como mandantes dos inúmeros crimes na região desde a referida Guerrilha do Araguaia, bem como os responsáveis das chagas que se seguiram e sentenciaram a região do Norte do Bico do Papagaio como um dos focos da violência do Brasil. O autor consegue construir com maestria o cenário da região, dialogando tanto com o lócus geográfico quanto com os personagens que transformarão o espaço num lugar extremamente violento. Nesse cenário, Bernardes consegue explicar essas ligações espúrias entre a política e a violência - desde a guerrilha até o momento posterior em que fora escrito o livro. Ou seja, demonstrava que os militares responsáveis por acabar com o foco guerrilheiro - em comunhão de interesse com os latifundiários da região - foram os mesmos protagonistas responsáveis pelas violências infligidas em caráter contínuo na região do Araguaia. Assim, por este motivo o livro só viria a se materializar após o seu falecimento, justamente, a fim de não lhe causar novos prejuízos e perseguições. Conforme exposto, no livro enfatiza o seguinte:

[...] profundo conhecimento das coisas da região crucificada pelas barbáries da repressão, que a censura oficial não deixou vir a público na sua inteireza. E Carmo narra com precisão o ocorrido, sem deixar de mencionar os nomes reais dos protagonistas, vários dos quais ainda vivo, como o então capitão

Sebastião Curió<sup>5</sup> (que matou covardemente muita gente e mandou e desmandou, inclusive no garimpo da Serra Pelada), o deputado José Genoíno (barbaramente torturado em Xambioá pelas forças repressivas, fato narrado com neste livro), o conhecidíssimo ex-deputado Ricardo Fiúza (que já ensaiava suas malandragens naquele tempo) [...] (BERNARDES, 2005, p. 7)

Portanto, havia um grande elenco de personagens denunciado pelo livro, podendo estes serem atestados por meio de informações cruzadas como em relatos históricos e da grande mídia, conseqüentemente, dando a verossimilhança necessária almejada pela obra. Obviamente, os relatos não iriam passar despercebidos e tampouco o autor ficaria tranquilo com a sua publicação, ainda mais reconhecendo o alcance político dos personagens com os nomes aclarados intencionalmente. Nesses fios tramados, entre as denúncias reais e alguns personagens fictícios, o autor vai construindo a obra com rica tessitura com vista a ir revelando, denunciando e, algumas vezes, convidando os leitores a descobrir o que de fato aconteceu com a região, com os guerrilheiros e como os vencedores conquistaram o espaço pela força, violência, torturas e mortes. A obra não fica apenas restrita a esse duelo na busca da verdade, mas dá escopo a um potente enredo entre personagens de modo a prender o leitor e capturar a sua atenção pela riqueza de detalhes, precisamente, pelo seu teor testemunhal. Nesse sentido, vale algumas indicações teóricas para a compreensão da obra nessa rica confluência entre literatura e a história:

A trama é o componente essencial da obra, e nela se concentra a atenção tanto do autor como do leitor. O contexto histórico “real” constitui-se somente no “contexto” das ações romanescas. Isso não significa que o “pano de fundo” não tenha qualquer valor, já que é nele que se encontram configurados todos os elementos fundamentais que determinam o tempo e o espaço, o ambiente e a atmosfera da obra. É do enfrentamento entre as personagens principais, de caráter puramente ficcional, e as secundárias, oriundas da histórica, que se originam alguns dos argumentos fundamentais da trama. Assim, um leitor mais atento percebe que os grandes eventos históricos têm repercussões diretas no cotidiano dos sujeitos comuns (FLECK, 2017, P. 44).

Em síntese, a obra vai sendo alinhavado entre o real e a ficção, melhor dito, entre a memória do vivido pelo autor e os personagens de ficção. Contudo, em face

---

<sup>5</sup> Sebastião Curió, responsável militar pelo massacre da Guerrilha do Araguaia, ganhara após a Guerrilha das Forças Armadas o mando do garimpo de Serra Pelada, maior jazida a céu aberto do mundo entre o final dos anos 70 e início dos anos 80. Em síntese, além de ter o poder militar e econômico, Curió ainda se transformara em grande expoente político na região, conforme podemos verificar, ainda, batizou uma cidade com o seu nome como forma de homenagem, a denominada Curionópolis (CAMPOS FILHO, 2014; NOSSA, 2012).

da verossimilhança com a realidade e as descrições detalhadas acerca dos fatos a obra passo ao largo de uma simples obra de ficção, precisamente porque dá o indicativo de fatos, personagens reais, nomes e mortes, bem como das evidências testemunhais necessárias acerca do massacre ocorrido no período da Guerrilha do Araguaia, sobretudo destacando os fatídicos destinos dos guerrilheiros. O livro não se trata de uma defesa do conflito e da posição política dos guerrilheiros que pegaram em armas, ou seja, não faz nenhum juízo de valor ou tampouco atestado político, mas serve com maestria como instrumento de denúncia contra os arbítrios da ditadura civil-militar que estava ainda em grande evidência no período, mesmo que no momento da escrita da obra ficara declarada o início do seu fim, pois conforme evidenciamos a autoanistia fora decretada em 1979.

Reiteramos que mesmo a ditadura militar ter formalmente voltado para a caserna em 1985, ocorria uma infinidade de práticas ostensivas contra a cultura em geral, pois existia a censura como reflexo dos anos ditatoriais e ainda havia fortes enclaves autoritários na nascente democracia brasileira (ZAVERRUCHA, 1992). Citamos, por exemplo, que houve a tentativa de revisão da autoanistia durante a Constituição de 1988, mas sem sucesso, justamente em face da força ostensiva dos militares e dos quistos antidemocráticos vigentes ainda neste período no Brasil. Portanto, justamente por esses quistos e enclaves ditatoriais ainda persistente na jovem democracia brasileira, nada mais natural que o autor possuísse severas reservas para a publicação da obra o que dava um caráter de silenciamento forçado (POLLACK, 1989) acerca do que ocorrera no período, haja vista que a obra foi lançada muitos anos depois em 2005.

Logo, podemos dizer que esses silêncios impostos são a marca da literatura do Norte do Tocantins, pois quando em diálogo com a realidade, a exemplo da obra de Bernardes, muitos personagens sofridos precisam calar-se para subterraneamente poder (re)existir. Melhor explicando, as obras precisariam esperar um tempo político mais alvissareiro e menos repressivo para se fazer ecoar, uma vez que as forças arbitrárias ainda se faziam presente com muita força na região, mesmo após anistia e fim da ditadura civil-militar. Dentro desse processo extremamente sensível de construir narrativas escritas, chama especial atenção às dificuldades na reconstrução da memória e da verdade, em virtude das inúmeras lacunas nas lembranças dos personagens advindos dos traumas, sobretudo dos silêncios forçados que se impõem mais gravosamente com os dramas vividos (POLLACK, 1989).

Registramos, ainda, que mesmo as forças militares considerando o ano de 1975 como o encerramento formal da Guerrilha do Araguaia, as Forças Armadas permaneceram no local de forma ininterrupta, uma vez que os agentes dos serviços de segurança nacional e militares possuíam um objetivo claro: 1) monitorar a região e noticiar qualquer indício de mobilização para uma possível nova insurreição, assim como, 2) a manutenção de um trabalho contínuo para impor medo na população local, mediante coação sistemática das forças de segurança na região a fim de não divulgarmos crimes cometidos e tampouco revelarmos locais de sepultamento dos corpos dos guerrilheiros comunistas que tornaram-se desaparecidos políticos. Enfatizamos, ainda, que inúmeras obras que tratam sobre o ocorrido denunciam que as coações se mantiveram até meados dos anos 2000 e sem sinal de esvanecimento (REINA, 2019).

Retornando ao livro, durante o percurso da escrita é evidenciado com maestria a região, os personagens, conflitos, espionagens militares, tentativa de organização das forças guerrilheiras, para, no fim da obra, detidamente no capítulo 3 dar conta do fim da epopeia guerrilheira, funcionando, portanto, esse capítulo com o clímax do livro. O autor não poupa descrição, fato este que dialoga muito fortemente com a memória e o registro dos atores reais que se envolveram no massacre e, sobretudo, como relato das reminiscências dos sobreviventes que teimaram em viver e contar a sua história:

Numa tarde clara daqueles dias sinistros o Caiano é atacado por um pelotão de homens de uniforme usado nas selvas, um padrão de tecidos que era uma tentativa boçal de mimetismo com a folhagem do meio ambiente. As doze pessoas, homens e mulheres reunidos, discutiam uma resolução, foram surpreendidos recebendo rajadas e mais rajadas de fuzil automático leve, tombavam um por um sem o menor esboço de reação. A primeira picotada foi Ana Rosa, que caiu sobre do fogão onde preparava o jantar (BERNARDES, 2005, p. 148).

Esse excerto do livro tenta reproduzir uma das ações militares registradas em dezembro de 1973, logrando surpreender os militantes do PCdoB que tentavam fazer uma reunião acerca dos rumos do conflito, bem como um possível balanço político para salvaguardar as suas vidas na fase final. Assim como fora demonstrado pelo trecho citado, esse momento se denominou como operação Sucuri (CAMPOS FILHO, 2012). Os militares ainda desfeririam outros golpes mortais aniquilando por completo os guerrilheiros e sobrando poucos vivos – apenas sobreviveram os que foram capturados na primeira fase militar, pois as Forças Armadas (FA) no enlace final da Guerrilha sentenciaram com pena de morte os guerrilheiros que ainda estavam vivos



e, conseqüentemente, transformando-os em desaparecidos: chaga aberta ainda em muitas famílias que possuem parentes na categoria de mortos e desaparecidos. De acordo com os próprios sobreviventes a Guerrilha do Araguaia foi uma epopeia de luta extremamente cruel, desumana e injusta, com as forças militares extremamente superiores e promovendo uma caçada implacável. Ainda, as forças da guerrilha não estavam amadurecidas para a sofrerem tamanho revés com a descoberta das suas bases em 1972, assim como não tinham o anteparo necessário da população da região para sustentar o conflito. Ou seja, a guerrilha eclodira antes do programado, motivo este que desferiu um revés tão grande para os comunistas. Como resultado de todo o processo ocorreu dezenas de mortes, vindo a configurar as suas vítimas como desaparecidos políticos (FIGUEIREDO, 2019, p. 53).

As Forças Armadas sentenciaram a região a um silêncio sepulcral, pois assim como nada poderia ser divulgado na imprensa censurada nas grandes capitais do país, igualmente, nenhuma informação poderia circular do que ocorrera na própria região: o arbítrio e o medo frondosamente cresciam no espaço do Norte do Tocantins e no seu entorno no Sudeste do Pará. Assim, constatamos que esta região germinou o medo como um dos frutos da violência, precisamente pela ação empreendida pelas forças militares, que se tornaram os verdadeiros dinamizador do terror do estado ditatorial durante o massacre empreendido na região. Nesse percurso, mesmo a ditadura civil-militar tendo o seu esvanecimento com o tempo, conforme realçado, alguns personagens reais continuaram como mando político, logo, podemos atestar que a autoanistia aconteceu geograficamente longe demais do Tocantins visto que na região do Araguaia não chegara, uma vez que o medo imperava fortemente e não se dissipava.

Esses personagens e elementos, assim como o medo e as lembranças do terror de Estado, inclusive e muito fortemente, fomentaram negativamente o caráter da própria literatura do Tocantins, haja vista que desde aquele momento não consegue se desvencilhar desse trauma em face da continuidade e da sentença do silêncio. Melhor explicando, ao invés da literatura do Tocantins tentar resgatar historicamente o vivido e construir o diálogo, assim como promover os seus diferentes testemunhos e narrativas; não obstante, o que percebemos é uma literatura que vai na direção contrária de apagamento e silenciamento, exatamente como se nada tivesse ocorrido na região. Há diminutas obras que tratam sobre a questão da Guerrilha do Araguaia entre os autores da região, demonstrando mediante análise

sobre o tema que a literatura tocantinense procura dar conta sobremaneira aos seus mitos fundadores, talvez, em face da natureza recente da sua constituição enquanto estado (CRUZ, 2007; DEBONI, 2008). Quanto a epopeia de luta, contudo o silêncio intencional se materializa em comunhão orgânica com o trauma, como se fosse dois elementos constitutivos e que se complementam: todos sabem o que ocorreu, mas não convém tocar no assunto e é melhor esquecer.

Esse duelo entre a memória e o silêncio imperativo são bem demarcados na literatura do Tocantins, justamente pela omissão da Guerrilha, sendo que a sua lembrança dar-se-á, via de regra, por meio de escritores e público letrado de fora do Tocantins, construindo algumas guerras de narrativas com os próprios moradores da região que escrevem sobre outros temas tocantinenses alhures. Ainda, devemos evidenciar que muitas dos personagens reais que foram vítimas da corporação militar não possuíam uma cultura letrada, melhor dito, não possuíam os estoques culturais da escrita e tampouco tinham os recursos para elaborar psicologicamente o trauma vivido, portanto, inviabilizando a materialização escrita do ocorrido, seja na forma de ficção ou biografia, assim como ocorrera com a primeira fase nacional da Literatura do Testemunho na década de 80.

Sumarizando, tais fatores deletérios proporcionaram, quase que exclusivamente, a seguinte situação: 1) a escrita do testemunho dar-se-ia pela lavra de mediadores eruditos, 2) jornalismo investigativo e 3) produção pela academia. Nesse caso, portanto, tornar-se-ia necessária a figura de um mediador erudito (escritor/*testis*) a fim de veicular a construção dessas memórias e testemunhos (MARCO, 2004). Também, reiteramos que nesses livros evidenciam-se alguns apontamentos quando trabalhamos com a Literatura do Testemunho latino-americano, sobretudo no livro analisado, podendo identificar a vocalização do personagem/autor como: 1) *testis*, aquele que estabelece o testemunho do outro, relatando os dramas e angústias; e, 2) *arbiter*, como aquele que viu, vivenciou, narrou e ainda teve a capacidade de elaborar um julgamento sobre os fatos vividos (SARMENTO-PANTOJA, 2019), melhor dito, aquele que arbitra para si o dever da memória obrigada (RICOEUR, 2007), como uma memória que insiste em se fazer presente, a fim de lembrar quem não sobreviveu, como um dever moral de quem ficou vivo.

### **Considerações finais:**

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Em virtude que a violência do Estado estar na origem da Literatura do Testemunho, portanto, não é de se estranhar que um lapso de 40 separa o fim da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e a publicação da obra de Carmo Bernardes em 2005, haja vista que ele tinha escrito em 1979. Nesse percurso temporal, registramos que a década de 90 se abria com novas perspectivas para a luta e divulgação dos crimes da ditadura civil-militar, pois em 1994 quem assume a presidência do Brasil é Fernando Henrique Cardoso (FHC), um ex-perseguido político e exilado. Tal eleição trazia uma série de esperanças às famílias a fim de restabelecer os elos perdidos e uma nova oportunidade de contar a história tida como oficial. Foi, digamos assim, o momento do acerto de contas. FHC conseguiu editar a Lei nº 9.1407 (BRASIL, 1995) que reconhecia oficialmente como mortes presumidas os guerrilheiros do Araguaia. Ou seja, se a autoanistia política ocorrida em 1979 foi a “anistia possível”, dado pelo regime através da coerção militar, este seria o momento, a partir dos anos 90, em que as amarras seriam mais afrouxadas, logo, podendo vir a luz novas escritas, memórias e lembranças.

Dialogando com a literatura, ao analisar as obras do gênero Literatura do Testemunho percebemos que elas foram fartas desde o final do período ditatorial, mais especificamente após a autoanistia política, tendo proliferado ao longo dos anos 80. Portanto, essa literatura ao longo desses anos funcionou como veículo e porta-voz para inúmeras vítimas, que se utilizaram desse gênero como instrumento para construir um discurso contra a ditadura civil-militar e fomentar um processo de distensão, com vistas a um ajuste de contas simbólico com o passado. Ou seja, a partir dessa literatura as vítimas e quem testemunhou visava, além da catarse pessoal dos traumas vividos, juntar esforços e se tornarem uma voz uníssona contra as mazelas e os arbítrios ocorridos durante o regime militar, buscando *a posteriori* suas reparações

Portanto, ao reportarmos o modelo de Literatura do Testemunho no Brasil dialogamos com esse gênero no cenário literário do século XX e verificamos, portanto,

que essa literatura no Brasil seria a herdeira legítima das ramificações do gênero *Testimonio*. Trazendo para esse modelo de literatura todo o delineamento propagado pelo Júri Prêmio Casa de Las Américas de Cuba, em que visa uma literatura engajada, com recorte político partidário e que o agente do testemunho possui um compromisso pela verdade, sobretudo, para dar a sua contribuição e exemplo de luta aos povos oprimidos.

Retomando o objetivo desse artigo acerca do livro de Carmo Bernardes com as dores silenciadas da Guerrilha do Araguaia, verificamos que esse livro serve para o avivamento dessas memórias coletivas (HALBWACCS, 2006), não com o fito de abrandar as dores, uma vez que essas não foram cicatrizadas, mas sim para fomentar uma catarse coletiva da região para dialogar sobre o ocorrido e como forma de resgatar a verdade, a despeito da história oficial edificada pela ditadura civil-militar.

Contudo, reiteramos, por mais esforços que o autor objetivou nesse avivamento da memória no processo como arma política ficou no plano simbólico da justiça, pois os crimes de lesa-humanidade testemunhados *in loco* conforme explanado no prólogo do livro não puderam ser julgados, bem como os torturados não foram presos e os corpos dos desaparecidos políticos relatados nos livros não foram entregues. Portanto, nesse cenário ainda adverso e inconcluso, para as vítimas do regime militar perfiladas nos livros, a história oficial ainda está longe de ser impregnada pela verdade, mesmo com tantas dores, traumas e testemunhos. Sobra, a despeito do intento do autor, uma memória silenciada no estado do Tocantins e que fora sentenciada a calar-se através das armas da violência e da força.

### **Bibliografia:**

BERNARDES, Carmo. *Xambioá: paz e guerra*. Ed. ICBC: Goiania, 2005.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. *Lei nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acessado em 16 de novembro de 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.140*, de 4 de dezembro, 1995. Reconhece como mortas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras

providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 16 de novembro de 2021

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Companhia da Letras, 201

CRUZ, José Manoel Sanches da. *A representação do imaginário local em Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros e Mandinga: uma literatura de formação no Tocantins*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro

DEBONI, Mirian Aparecida. *O papel das academias de letras na formação e caracterização da atividade literária no Tocantins*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. Juventude do Araguaia e as memórias da guerrilha: marcas do tempo na geração 68. *Juventude.br* (centro de estudos e memória da juventude), v. 14, p. 49-54, 2019

FLECK, Gilmei Francisco. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história de ficção*. Curitiba: CRV, 2017

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOSE, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1981.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*.Nº62, p.45-68, 2004

MILTON, Heloisa Costa. *As histórias da história: retratos literários de Cristóvão Colombo*. 1992. 189 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992

NORA, Pierre. “La Génération”. In.: NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Mémoire*. Vol.2. Paris:GALLIMARD, 1997, p. 2975-3015.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

POLLAK. Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Vol. 2. N.3. Rio de Janeiro. Vértice. p. .3-15, 1989.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

- RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 2007
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.
- SARMENTO-PANTOJA, Augusto. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. *Literatura e Cinema de Resistência*, Santa Maria, n. 32: Manifestações estéticas dissidentes, p. 5-18, jan.-jun. 2019
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- SALGUEIRO, Wilberth. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v.19, n.31, p. 284-303, jul./dez. 2012.
- TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta: romance*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 15.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileiras, argentinas e espanholas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, N. 19, p. 56-65, 1992.